

**Acta nº 33 - Reunião ordinária da
Câmara Municipal de Pombal,
celebrada em onze de Dezembro de
mil novecentos e noventa e oito.**_____

_____Aos onze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Dra. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos Silva e Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, comigo Agostinho António Gonçalves Lopes, Técnico Superior de Administração e Gestão Pública Estagiário._____

_____O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo prestado a seguinte declaração inicial:_____

_____ "Tendo tido conhecimento que os Senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. António Joaquim Guardado e Dr. Carlos Pires Lopes, se manifestaram indisponíveis para estarem presentes na reunião, por motivos profissionais, e tendo em conta os assuntos da agenda previamente conhecidos, exigentes de redobrada atenção, lamento a indisponibilidade porquanto a sua participação na reunião seria enriquecedora, exigindo a democracia a participação e contributo de todos." _____

_____De seguida foram tratados os seguintes assuntos:_____

Faltas dos membros da Câmara._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as faltas dos Vereadores Senhores Dr. Joaquim António dos Santos Guardado e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes, por motivos de ordem profissional._____

Resumo Diário da Tesouraria._____

_____A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia dez de Dezembro, corrente:_____

_____Da conta do Município que apresenta um saldo em dinheiro de cinquenta e três milhões seiscentos e cinquenta e três mil trezentos e cinquenta e quatro escudos;_____

_____Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de quarenta e oito milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e dezasseis escudos._____

Pagamentos efectuados entre os dias vinte sete de Novembro e dez de Dezembro, corrente._____

_____Foram feitos:_____

_____Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 131.379.451\$00;_____

_____Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 9.276.653\$00._____

_____A Câmara ficou inteirada._____

Comunicação de actos praticados no uso de delegação ou subdelegação de competências._____

_____A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre vinte sete de Novembro e dez de Dezembro, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e se dão como reproduzidas, respeitantes a:_____

_____78 licenças de obras;_____

_____34 licenças de destruição de revestimento vegetal;_____

_____5 horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais,_____

_____A Câmara ficou inteirada._____

**Construção das Redes de Saneamento
do Lourçal - Rua do Reservatório -
Procº nº 52/97 - Trabalhos a mais.**

_____ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas,
que a seguir se transcreve: _____

_____ "Assunto: Construção das Redes de Saneamento do Lourçal - Rua do
Reservatório - Procº nº 52/97 - Trabalhos a mais. _____

_____ 1 - A obra em epígrafe foi adjudicada à Firma Pinto & Brás, Lda., pelo
valor de 4.138.514\$00, mais IVA. _____

_____ 2 - Durante a execução da obra verificou-se a necessidade de executar
os trabalhos a mais a seguir mencionados, no valor de 326.088\$00, mais IVA, a preços
de proposta: _____

_____ **CAP. I - PAVIMENTOS** _____

_____ 1.1 - 194,1 x	80\$00 =	15.528\$00 _____
_____ 1.2 - 194,1 x	600\$00 =	116.460\$00 _____
_____ 1.3 - 194,1 x	1.000\$00 =	194.100\$00 _____
		326.088\$00 _____

_____ 3 - Nesta obra existem trabalhos a menos, no valor de 220.000\$00,
conforme mapa resumo anexo. _____

_____ 4 - Nesta conformidade, solicita-se a V. Exª. a aprovação dos trabalhos
a mais, acima referidos, no valor de 326.088\$00, mais IVA." _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e a
menos, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita. _____

**Abastecimento de Água ao Sector 4 -
Lourçal (Condutas Elevatórias R1-
R2, R1-R3 e Cap.R1 - Rede de
Distribuição dos Fritos e Construção
do R3 (Stº António) - Procº nº 7/96 -
Trabalhos a mais.**

_____ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas,
que a seguir se transcreve: _____

_____”Assunto: Abastecimento de Água ao Sector 4 - Lourçal (Condutas Elevatórias R1- R2, R1-R3 e Cap.R1 - Rede de Distribuição dos Foitos e Construção do R3 (Stº António) - Procº nº 7/96 - Trabalhos a mais._____

_____1 - A obra referida em epígrafe foi adjudicada à Firma Pinto & Brás, Lda., pelo valor de 48.993.825\$00, mais IVA._____

_____2 - Durante a execução da obra verificou-se a necessidade de executar os trabalhos a mais a seguir mencionados, no valor de 2.256.093\$00, mais IVA, a preços de proposta:_____

_____CONDUTAS ELEVATÓRIAS_____

_____PARTE II - OBRAS ACESSÓRIAS_____

_____CAP. IV - PAVIMENTO_____

_____Artº 1º - $1.400 \times 934\$60 = 1.308.440\00 _____

_____REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOS FOITOS_____

_____PARTE III - OBRAS ACESSÓRIAS_____

_____CAP.V - RAMAIS DOMICILIÁRIOS_____

_____1 - Ramais - $39 \times 24.298\$80 = 947.653\00 _____

_____3 - Nesta obra existem trabalhos a menos, no valor de 5.289.636\$04, conforme mapa resumo anexo._____

_____4 - Nesta conformidade, solicita-se a V. Exª. a aprovação dos trabalhos referidos no ponto 2, no valor de 2.256.093\$00, mais IVA."_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e a menos, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita._____

**Construção, Ampliação e
Beneficiação de Cemitérios
(Cemitério da Cidade de Pombal) -
Procº nº 5/97 - Recepção Provisória._____**

_____Em face do auto da recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente._____

**Construção do Mercado de
Almagreira - Procº. nº. 25/97 -
Recepção Provisória.**_____

_____Em face do auto da recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente._____

**Pesquisa, Captação, Exploração de
Água para Abastecimento
Domiciliário no Município de Pombal
- Freguesias de Albergaria dos Doze,
São Simão de Litém e Pombal -
Execução de Furos - Procº nº. 3/95 -
Auto de vistoria para efeitos de
extinção de caução.**_____

_____Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:_____

_____”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria._____

**Arranjos Urbanísticos (Colocação de
Lancil e Calçada na Rua Professor
Mota Pinto, em Pombal) - Procº nº.
32/96 - Auto de vistoria para efeitos
de extinção de caução.**_____

_____Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:_____

_____”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria._____

Construção e Reparação de Passeios e Largos (Calcetamento do Adro da Capela da Aldeia dos Redondos) - Procº nº. 33/96 - Auto de vistoria para efeitos de extinção de caução._____

_____Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:_____

_____”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria._____

Alteração de Pormenor do PDM._____

_____Foi presente à reunião uma informação do Senhor Vereador Luís Diogo Mateus, sobre a proposta de alteração de pormenor do Regulamento do PDM de Pombal, que a seguir se transcreve:_____

_____”A publicação do PDM de Pombal, em 4 de Dezembro de 1995, introduziu no ordenamento urbanístico do concelho, um conjunto de regras e condicionalismos amplamente experimentadas em mais de cinco mil pedidos de licenciamento nos últimos três anos._____

_____Ao longo deste período, constatamos as mais diversas injustiças, nas centenas de indeferimentos decididos, fundamentalmente por razões imputáveis ao regulamento e plantas do PDMP._____

_____A apreciação dos pedidos de licenciamento, suscita-nos diariamente dúvidas incómodas e enorme incompreensão, atendendo às características e fundamentos dos indeferimentos que produzimos._____

_____São conhecidas por todo o território nacional, as declarações de autarcas sobre as incongruências e provocações à legalidade motivadas por incompletos regulamentos e deficientes cartas de ordenamento e REN._____

_____Mau grado a existência de áreas urbanas, capazes de suportar quantidades de população improváveis de alcançar, no prazo de vigência dos planos, é principalmente nas restantes classes de espaço que se manifestam grandes dificuldades na fixação de população._____

_____O esforço desenvolvido por esta Autarquia durante o primeiro e o segundo Quadro Comunitário de Apoio, hoje traduzido em elevados níveis de infraestruturação pública, não podem deixar de ser considerados ao abrigo do desejado e emergente ordenamento urbanístico._____

_____As redes de águas, redes de esgotos, redes de distribuição de energia eléctrica de iluminação pública e iluminação privada, sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção de vias, estradas pavimentadas, rede pública de transporte de passageiros, escolas, comércio e outros, não serão desaproveitadas e negligenciadas por motivos despesistas injustos e incompreensíveis._____

_____A Câmara Municipal de Pombal, consciente do equilíbrio a atingir entre a coexistência humana, o respeito pelo ambiente e ordenamento e a evolução industrial e económica, pretende maximizar os meios entretanto disponibilizados à população, invertendo a tendência de "desertificação rural", dos locais mais rústicos do nosso concelho._____

_____É, baseado no conjunto desta fundamentação que, ao abrigo do nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março, com as modificações sucessivamente introduzidas, que a Câmara Municipal de Pombal, se propõe iniciar este primeiro processo de alteração de pormenor ao PDMP._____

_____Assim, e resumidamente, processaram-se alterações, nos seguintes artigos:_____

_____Artº 2º, Artº 4º, Artº 7º, Artº 22º, Artº 27º, Artº 31º, Artº 33º, Artº 36º, Artº 37º, Artº 40º, Artº 41º, Artº 42º, Artº 44º, Artº 46º, Artº 59º e Artº 60º do regulamento do PDMP aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 160/95, de 4 de Dezembro."_____

_____O teor da proposta de alteração de pormenor do Regulamento do PDM de Pombal, é o seguinte:_____

_____ "PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PORMENOR DO REGULAMENTO DO PDM DE POMBAL._____

Artigo 2º.
Âmbito de aplicação e regime

Nº. 1
Nº. 2
Nº. 3
Nº. 4
Nº. 5 - O presente Regulamento é indissociável das seguintes plantas:.....

Planta de ordenamento – F.1: onde se identificam e delimitam as classes de espaços e as unidades operativas de planeamento e gestão.....

Planta de Condicionantes – F.2: onde se identificam e delimitam as servidões e restrições de utilidade pública.....

Planta da Reserva Agrícola Nacional – F.3: onde se identifica e delimita o regime da RAN.....

Planta da Reserva Ecológica Nacional – F.4: Onde se identifica e delimita o regime da REN.....

Artigo 4º.
Definições

Nº. 2, alínea i) – Índice volumétrico – valor máximo admitido para o quociente entre o total do volume dos edifícios construídos acima do nível do terreno e a área da parcela de terreno em que se implantam, medido conforme a alínea f), referido em metros cúbicos por metros quadrados.....

Artigo 7º.
Hierarquia das áreas urbanas

As áreas urbanas são, de acordo com o nível da sua hierarquização na rede urbana, as seguintes:.....

a).....
b).....
c).....
d).....
e).....

f) Nível VI – Todas as outras áreas urbanas não cartografadas na planta de ordenamento que tenham um mínimo de 10 fogos e que sejam servidas por arruamento de utilização pública, nos termos do Decreto-Lei 442-C/88, de 30 de Novembro, estabelecendo-se o seu perímetro urbano, de acordo com a alínea c) do nº. 2 do artigo 4º.....

Artigo 22º.

Parâmetros a observar na urbanização da área industrial proposta e da área industrial existente

Nº. 6 – Afastamento mínimo ao limite da frente do lote – na área industrial existente –

Alteração: suprimir o segundo asterisco, que evidencia – “Ou perfil consolidado, quando existente, passando a ser um só asterisco – “Ou alinhamento consolidado, quando existente.”

Artigo 27º.

Normas gerais

Nº. 2 – Suprimido (O texto preambular da Resolução do Conselho de Ministros nº. 160/95, de 04 de Dezembro, refere: ” A obrigatoriedade da consulta ao Instituto do Património Arquitectónico, Arqueológico, previsto no nº. 2 do artigo 27º., do nº. 3 do artigo 31º., no corpo do nº. 1 do artigo 33º., só pode ser exigida nas situações em que a lei o preveja expressamente”).

Artigo 31º.

Rede geral de gás natural

Nº. 3 – Suprimido. (Ver proposta de alteração ao artigo 27º).

Artigo 33º.

Licenciamento da área de exploração de massas minerais de superfície

Nº. 1 – Acrescentar sendo obrigatória a consulta ao IPPAR, nas condições previstas na lei.

Artigo 36º.

Unidades de cultura dos terrenos rústicos

Nº. 1 – Os terrenos rústicos do Concelho de Pombal, estão sujeitos aos seguintes limites mínimos, para as unidades de cultura:

- Terrenos de regadio, cultura hortícola – 0,50 ha;

- Terrenos de regadio, cultura arvense – 2,00ha;

- Terrenos de sequeiro – 2,00 ha.

Nº. 2 – (Eliminado)

Artigo 37º.

Edificação no espaço agrícola – Reserva Agrícola Nacional

Nº. 1 – (igual)

____Nº. 2 – (igual)____
____Nº. 3 – (igual)____
____Nº. 4 – alínea a) Área bruta máxima dos pavimentos de 250m², ou quando a parcela tiver uma área superior a 2,00 ha o índice de construção 0,0125 para habitação ou 0,1 para as demais construções, aí se incluindo a habitação, quando em conjunto com as demais construções, arruamentos, estacionamento e demais áreas pavimentadas.____
____alínea b) Afastamento mínimo de 5m. aos limites laterais e de 10 m. aos limites frontal e posterior.____
____alínea g) Eliminado.____

____Artigo 40º.____
____Normas gerais____

____Nº. 2 – No espaço agro-florestal a construção de edificações observa as disposições seguintes:____

____a) a parcela onde se localiza a construção deve ter área igual ou superior a 0,2 ha e não estar condicionada a regime, servidão ou restrição que o contrarie, designadamente REN, RAN, Regime Hídrico ou Regime Fomento Hidro-Agrícola e deve observar as seguintes disposições:____

____1 – Confrontar com arruamento público pavimentado, dispor de rede pública de abastecimento domiciliário de água, rede pública de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e de iluminação pública.____

____2 – Área bruta máxima dos pavimentos de 300m², para habitação.____

____3 – Para as demais construções (de apoio à agricultura, floresta ou pecuária) o índice de construção de 0,1, aí se incluindo a habitação, quando em conjunto com as demais construções, arruamentos, estacionamento e demais áreas pavimentadas.____

____4 – Afastamento mínimo de 10 metros aos limites do terreno, quando se trate de estabelecimentos pecuários industriais da Classe C, sem prejuízo do cumprimento da legislação em vigor no respeitante a poluição sonora, atmosférica e de salubridade pública.____

____Afastamento mínimo de 5 metros aos limites laterais e de 10 metros aos limites frontal e posterior nos restantes casos.____

____5 - Altura máxima de 7,5m, medida ao ponto mais elevado da cobertura, incluindo-se nessa altura as frentes livres das caves, podendo ser excedida em silos, depósitos de água e instalações especiais, tecnicamente justificadas.____

____6 – Drenagem de águas residuais assegurado por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.____

____7 – Efluentes das instalações pecuárias, agro-pecuárias e agro-industriais tratados por sistema próprio.____

____8 – Infiltração de efluentes no solo, só aceite quando tecnicamente fundamentada e aprovada pela DRARN.____

____Nº. 5 – No espaço agro-florestal serão permitidas as construções de apoio às actividades agrícolas, pecuárias ou florestais, bem como de estabelecimentos hoteleiros e similares, de equipamento colectivo e de habitação do proprietário.____

_____ a) a edificação de estabelecimentos hoteleiros e similares respeitará os seguintes condicionamentos:_____

- _____ - área mínima parcela: 2000 m2_____
- _____ - índice de construção máximo: 0,2_____
- _____ - altura máxima de 7,5 m., medidos ao ponto mais elevado da cobertura
- _____ - infra-estruturas: sistemas autónomos de acordo com a legislação específica em vigor._____

_____ b) A edificação de equipamentos colectivos em espaço agro-florestal será precedida do reconhecimento como “empreendimento de interesse local”, pela Câmara Municipal e respeitará os seguintes condicionalismos:_____

- _____ - infra-estruturas: sistema autónomo de acordo com a legislação específica em vigor_____
- _____ - altura máxima de 7,5 m. medidos ao ponto mais elevado da cobertura, podendo ser excedido em depósitos de água e instalações especiais, tecnicamente justificadas_____
- _____ - afastamento mínimo de 5m. aos limites laterais e posterior e de 10 m. ao limite frontal._____

_____ Nº. 6 – É ainda permitida a instalação de unidades industriais da Classe C de apoio específico ao sector agro-pecuário-florestal e Classe D, de acordo com os indicadores urbanísticos definidos no nº. 2._____

_____ Nº. 7 – No espaço agro-florestal, nas parcelas de terreno, não condicionadas por regime, servidão ou restrição que o contrarie e com frente para o arruamento público pavimentado, dispondo de redes públicas de iluminação, energia eléctrica e abastecimento de água é permitida a edificação, quando não afastada mais de 80 metros de outras edificações, nem mais de 20 metros ao eixo do arruamento, obedecendo às seguintes disposições:_____

- _____ a) área bruta máxima dos pavimentos – 250 m2_____
- _____ b) altura máxima – 7,5 m._____
- _____ c) afastamento mínimo de 3 m. aos limites lateral e tardoz do terreno, incluindo todo o tipo de instalações._____

_____ Artigo 41º._____
_____ Espaço Florestal_____

_____ Nº. 1 -_____

_____ Nº. 2 – O espaço florestal inclui:_____

- _____ a) Espaço florestal de protecção: Povoamentos notáveis, as faixas de protecção das linhas de água, os povoamentos localizados em vales estreitos, cumes e afloramentos rochosos, as situações vocacionadas para as actividades de lazer, as zonas de interesse cénico ou ambiental e as áreas de declive superior a 30% constituídas por espécies climáticas, devendo aí incentivar-se a reconstituição do contínuo natural;_____
- _____ b) Espaço florestal de produção: Áreas ocupadas por folhosas de rápido crescimento e resinosas, onde se privilegia essencialmente a exploração silvícola._____

____Nº. 3 – Eliminado____
____Nº. 4 – Passa a Nº. 3____
____Nº. 5 – Passa a Nº. 4____
____Nº. 6 – Passa a Nº. 5____

____Artigo 42º.____
____Edificação no espaço florestal____

____Nº. 1 -____

____Nº. 2 – É admitido a título excepcional e sem constituir precedente ou expectativa de futura urbanização, o licenciamento de edificação indispensável à protecção e exploração silvícola desse espaço, que obtenha parecer prévio favorável do Instituto Florestal (I.F.), bem como ainda, de estabelecimento insalubre, perigoso ou tóxico, pecuárias, estabelecimento hoteleiro ou similar de hoteleiro, ampliação de indústrias de classe C e D e de habitação do proprietário____

____Nº. 3 – A parcela de terreno em que se localiza a construção, deve ter área igual ou superior a 2,0 ha, quando se tratar de licenciamentos de estabelecimentos insalubres, incómodos ou perigosos, ou igual ou superior a 0,4 ha, quando se trate dos restantes casos devendo em ambos, não estar condicionada por regime, servidão ou restrição que o contrarie, designadamente a REN e regime hídrico.____

____Nº. 4 – As edificações referidas no nº. 2 devem observar ainda as seguintes disposições:____

____a1) Estabelecimentos insalubres, incómodos ou perigosos: área bruta dos pavimentos sem exceder a área reconhecida necessária para o fim a que se destina, nem o índice de construção 0,05 para construção, arruamentos, estacionamento e demais áreas pavimentadas;____

____a2) Estabelecimentos hoteleiros ou similares, ampliação de indústrias de classes C e D, habitação do proprietário e pecuárias: área bruta dos pavimentos, sem exceder a área reconhecida necessária para o fim a que se destina, nem o dobro do índice de construção previsto em a1).____

____b).....____
____c).....____
____d).....____
____e).....____
____f).....____
____g).....____
____h) Eliminado____

____Nº. 5 -____

Artigo 44º.

Uso compatível

No espaço florestal é admitido como uso compatível com o uso geral dominante, além dos decorrentes dos licenciamentos referidos no artigo 42º., o licenciamento de área de exploração de massa mineral de superfície, em parcela de terreno que disponha de acesso público com perfil transversal e pavimento adequado à utilização a licenciar e se localize dentro do perímetro de área declarada cativa para esse fim.

É ainda admitido como uso compatível, a edificação de equipamentos colectivos, previamente reconhecidos como “empreendimentos de interesse local”, pela Câmara Municipal, em áreas não abrangidas por REN ou por servidão ou restrição de utilidade pública que o contrarie.

Artigo 46º.

Normas gerais

Nº. 1 – alínea b).

b2) Os licenciamentos indispensáveis à actividade agrícola na área delimitada como espaço agrícola-RAN, actividade extractiva na área delimitada como espaço mineiro, actividades cinegéticas e actividade de pastorícia e florestal nas demais áreas.

b6) O licenciamento de equipamento colectivo e estabelecimentos hoteleiros e similares compatíveis com o nº. 2.

Artigo 59º.

Licenciamento de estabelecimentos Insalubres ou incómodos

Nº. 1 - alínea a) A sua constituição apenas é admitida nos espaços florestais e agro-florestais, em terrenos não abrangidos por REN ou por servidão ou restrição de utilidade pública que o contrarie.

b)

c) A sua constituição deve observar as alíneas a) a f) do nº. 4 do artº. 37º.

Artigo 60º.

Modificação dos limites

Nº. 1 – alínea c)

c4) O ajustamento dos limites referidos na alínea C1) apenas abrange o espaço florestal e espaço agro-florestal."

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações de pormenor do Regulamento do PDM de Pombal, de harmonia com a proposta do Senhor Vereador, acima transcrita, e remetê-las à Assembleia Municipal para aprovação._____

**Empréstimo/Alteração à Cláusula da
Taxa de Juro respeitante ao Processo
nº 0624/000027/9870019.**_____

_____Foi presente à reunião o ofício nº 3880/98-DCP, de 30 de Novembro, findo, da Caixa Geral de Depósitos, que a seguir se transcreve:_____

_____ "Conforme era referido no ofício nº 13.390 de 13/10/98, a taxa de juro do empréstimo contratado ao abrigo da linha de Crédito KFW, encontra-se desajustada das condições de mercado, bastando, para tanto, referir que os custos directos do empréstimo global perante o KFW ascendem a cerca de 5%._____

_____Assim, na sequência dos pedidos formulados e dos diversos contactos estabelecidos posteriormente, informa-se V. Ex^a. de que a Caixa concorda com a desafecção do supracitado empréstimo da Linha de Crédito KFW, passando a taxa de juro de empréstimo a ficar indexada à "LISBOR" a 6 meses._____

_____Em face do exposto, torna-se necessário alterar a redacção da cláusula relativa à taxa de juro , propondo-se que seja adoptada a seguinte:_____

_____ "11. TAXA DE JURO_____

_____A partir de 10/10/98, o empréstimo vence juros a uma taxa nominal variável correspondente à média das "LISBOR" a 6 meses, em vigor nos últimos três dias úteis anteriores ao início de cada período de contagem de juros, acrescida do "spread" de 0,14%. "_____

_____Com vista à formalização da citada alteração, solicita-se o acordo desse Município à redacção ora proposta."_____

_____Junto encontra-se uma informação da Técnica Superior de Economia, que também se transcreve:_____

_____ "Assunto: Processo nº 0624/000027/987/0019 - Até 82.700 contos _____
_____Alteração da cláusula contratual relativa à taxa de juro_____

_____Na sequência do ofício ref^a. 3880/98-DCP da CGD relativo ao assunto em epígrafe, em anexo, informo o seguinte:_____

_____ 1 - A cláusula "11 - Taxa de Juro", transcrita no ofício atrás referido, propõe a aplicação para este empréstimo das condições em vigor para os restantes empréstimos contraídos junto daquela instituição. _____

_____ 2 - Uma vez que a alteração beneficia actualmente as condições do empréstimo, sugere-se o acordo à cláusula proposta no ofício anexo." _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a alteração proposta à redacção da cláusula relativa à Taxa de Juro. _____

Reorganização dos Serviços Municipais - Alteração da Estrutura Orgânica e Alteração do Quadro de Pessoal. _____

_____ Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: _____

_____ **ASSUNTO: "Reestruturação Parcial dos Serviços Municipais - Alteração da Estrutura Orgânica e do Quadro de Pessoal"** _____

_____ No âmbito do estudo efectuado a propósito do "estado dos serviços", com vista à reestruturação dos mesmos, foram identificadas algumas disfuncionalidades que aconselham, como caminhos para a mudança, que se actue ao nível da estrutura orgânica, dos recursos humanos, dos espaços e das novas tecnologias de informação/gestão. _____

_____ Sendo certo que ao nível da localização espacial e das novas tecnologias de informação/gestão já estão lançadas as bases para a sua implementação, de que é exemplo, sob o ponto de vista do financiamento, o recente assinado PROTOCOLO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, importa que nos direccionemos, em simultâneo, para os aspectos que se prendem com a estrutura orgânico-funcional dos serviços e com os recursos humanos. _____

_____ **Assim,** _____

I - Tendo por base: _____

- A pertinência de adequar a estrutura à dinâmica a imprimir por um sistema informático integrado de gestão dos serviços; e, _____
 - Sem perder de vista a globalidade dos aspectos que a este nível se pretendem consagrar e já direccionados para uma primeira fase deste objectivo. _____
- Proponho, ao nível da estrutura orgânico-funcional dos serviços, as seguintes alterações:

1. AO NÍVEL DA DIVISÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS_____

1.1. Denominar a actual Repartição Administrativa, de Repartição de Atendimento Geral a consagrar as seguintes secções:_____

1.1.1. Secção de Atendimento e Expediente Geral; e,_____

1.1.2. Secção de Desenvolvimento Processual._____

_____Daqui resulta:_____

1.1.3. Extinção do Serviço de Arquivo e o Serviço de Expediente, porquanto, entende-se que compreendem serviços de âmbito excessivamente restrito, que poderão ser assegurados por cada uma das unidades orgânicas de per si;_____

1.1.4. Extinção da Secção de Taxas e Licenças, porquanto estas funções passam a ser asseguradas pela Secção de Atendimento e Expediente Geral e, em Back-Office, pela Secção de Desenvolvimento Processual;_____

1.1.5. Extinção da Secção de Educação, Cultura e Desporto, porquanto, actualmente não se verifica a dependência funcional da Repartição Administrativa e porque as inerentes funções, com maior eficiência, poderão ser desenvolvias em apoio directo aos Vereadores, com os pelouros atribuídos, ou a serviço específico;_____

1.1.6. Extinção do Serviço de Pessoal Auxiliar, porquanto, actualmente, não se verifica a dependência funcional da Repartição Administrativa e porque o mesmo tomara outra configuração no âmbito de serviço confinado à limpeza e conservação de escolas e edifícios municipais;_____

1.1.7. Transformação da Secção de Pessoal em Repartição de Recursos Humanos, na directa dependência do Departamento de Serviços Municipais, por não fazer sentido a dependência hierárquica e funcional da actual Repartição Administrativa, bem assim pela necessidade da sua aproximação ao órgão com competência para a gestão do pessoal, a congregar:_____

1.1.7.1. Gabinete de Planeamento de Recursos Humanos;_____

1.1.7.2. Secção Administrativa de Pessoal; e,_____

1.1.7.3. Serviço de Processamento de Vencimentos._____

1.1.8. Deslocar o Serviço de Mercados e Feiras da actual Repartição Administrativa para o Serviço de Fiscalização Municipal, porquanto se afigura de maior complementaridade e identidade com este serviço._____

1.2. Transformar a actual Repartição Financeira em duas repartições:_____

1.2.1. Repartição de Contabilidade, que congregará:_____

1.2.1.1. Secção de Contabilidade; e,_____

1.2.1.2. Tesouraria._____

1.2.2. Repartição de Aprovisionamento e Património que congregará:_____

1.2.2.1. Secção de Aprovisionamento; e,_____

1.2.2.2. Secção de Património._____

1.3. Serviços na Directa dependência da Divisão dos Serviços Administrativos:_____

1.3.1. Criar o Gabinete de Modernização Administrativa e o Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos;_____

1.3.2. Extinguir a Delegação de Espectáculos e as Execuções Fiscais, actualmente consagrados em sede de organograma, porquanto compreendem serviços de âmbito restrito que poderão ser atribuídos em sede de descrição de funções a um determinado serviço, contribuindo assim, para o não empolamento da estrutura orgânica;_____

1.3.3. Deslocar o Serviço de Metrologia para o Serviço de Fiscalização Municipal, porquanto se afigura de maior identidade e complementaridade com este serviço._____

2. AO NÍVEL DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL_____

_____ Em coerência com os pontos 1.1.8 e 1.3.3 o Serviço de Fiscalização Municipal passa a integrar a Fiscalização Municipal, um Sector de Apoio Administrativo, o Serviço de Mercados e Feiras e Metrologia._____

3. AO NÍVEL DA DIVISÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO_____

_____ Consagra-se a separação do actual Sector de Higiene, Salubridade, Limpeza e Cemitérios em dois sectores:_____

3.1. Sector de Higiene, Salubridade e Limpeza; e,_____

3.2. Sector de Cemitérios._____

4. AO NÍVEL DA DIVISÃO DE URBANISMO_____

_____ Consagra-se:_____

4.1. A transformação do Sector de Planos e Loteamentos em Gabinete de Planeamento Urbanístico; e,_____

4.2. Extingue-se o Gabinete de Projectos._____

II - Tendo por base:_____

- Os reajustamentos inerentes às alterações orgânicas acima enunciadas;_____
- A viabilização de possibilidades promocionais, ao nível de algumas categorias profissionais, no quadro de necessidades efectivas dos serviços; e,_____
- O cumprimento da responsabilidade de colocação de pessoal auxiliar de acção educativa, nos estabelecimentos de educação pré-escolar, deste Município, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho._____

Proponho, ao nível do Quadro de Pessoal, as seguintes alterações:_____

1. Ao nível do **Grupo de Pessoal de Chefia** a criação de: _____
____ 2 lugares de Chefe de Repartição. _____
2. Ao nível do **Grupo de Pessoal Técnico Superior** a criação de: _____
____ 1 lugar de Técnico Superior (Eng.º Mecânico); e, _____
____ 1 lugar de Técnico Superior (Eng.º Ambiente). _____
3. Ao nível do **Grupo de Pessoal Técnico - Profissional** a criação de: _____
____ 1 lugar de Técnico-Adjunto de Biblioteca e Documentação Principal; e, _____
____ 2 lugares de Técnico-Adjunto de Biblioteca e Documentação de 1.ª classe. _____
4. Ao nível do **Grupo de Pessoal Administrativo** a criação de: _____
____ 3 lugares de Primeiro Oficial; _____
____ 2 lugares de Segundo Oficial; e, _____
____ 1 lugar de Adjunto de Tesoureiro. _____
5. Ao nível do **Grupo de Pessoal Operário** a criação de: _____
____ 1 lugar de Operário Qualificado Principal (Serralheiro Civil); _____
____ 1 lugar de Operário Qualificado (Serralheiro Civil); _____
____ 1 lugar Operário Qualificado (Carpinteiro de Limpos); _____
____ 3 lugares de Operário Semiquualificado Principal (Jardineiro); e, _____
____ 1 lugar de Operário Semiquualificado (Jardineiro). _____
6. Ao nível do **Grupo de Pessoal Auxiliar** a criação de: _____
____ 1 lugar de Encarregado de Cemitérios; _____
____ 1 lugar de Sonoplasta; e, _____
____ 16 lugares de Auxiliar de Acção Educativa. _____

_____ Com vista à racionalização e correcta gestão de recursos humanos, procurar-se-á ocupar, quando possível, os lugares referidos, recorrendo à reclassificação profissional de pessoal ao serviço desta Câmara Municipal, em ordem a adequar as categorias profissionais às funções a executar, sem prejuízo da garantia dos direitos dos trabalhadores. _____

_____ A presente proposta não colide com os limites de encargos com o pessoal estabelecidos no art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, porquanto até final do presente ano económico, e em referência ao montante das receitas correntes de 1997, prevê-se um encargo correspondente a cerca de 49%, daqueles limites. _____

_____ **Mais proponho:** _____

- Seja republicado o Organograma e o Quadro de Pessoal com as alterações ora propostas, promovendo-se, igualmente, a correcção às carreiras/categorias, constantes em anexo à presente proposta, que, aquando da última publicação, saíram com inexactidão; e, _____

- Acaso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta e remetida à Assembleia Municipal, para apreciação na próxima sessão, que se realizará no dia 29 de Dezembro corrente. _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita. _____

Licenciamento de Obras Particulares /Aprovação de Arquitecturas. _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares: _____

_____De Diamantino Mota Gaspar, residente no lugar e sede de freguesia de Meirinhas, deste concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de um imóvel, destinado a comércio, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1443/RC/98. _____

_____De José Manuel Mendes Ferreira, residente no lugar e sede de freguesia de Pelariga, deste concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à ampliação de um imóvel, destinado a comércio, na Rua Filarmónica Artística Pombalense, nº. 17, nesta Cidade, a que se refere o processo de obras nº. 623/RC/98. _____

_____De Fernando Carreira Domingues, residente em Marrazes - Leiria, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um pavilhão, destinado a comércio, no lugar de Lagoa da Guia, freguesia da mata Mourisca, deste concelho, a que se refere o processo de obras nº. 539/RC/93. _____

_____De Iria Mendes Carvalho da Silva, residente no lugar de Ranha de Baixo, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de uma moradia unifamiliar e comércio, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 948/RC/98. _____

_____De Daniel Lopes Jorge e Joaquim Lopes Jorge, residentes na Rua Prof. Gonçalves Figueira, 33 - r/c, nesta Cidade, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um bloco habitacional, na Urbanização Fonte Nova - Lote 2 em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 277/RC/98. _____

_____De Manuel Cordeiro, residente no lugar de Granja, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de uma moradia unifamiliar, no gaveto da Rua de Stº. António com a Rua das Olarias, nesta Cidade, a que se refere o processo de obras nº. 437/RC/98. _____

**Licenciamento de Obras Particulares/
Concessão de Licenças.**_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os seguintes requerimentos, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:_____

_____De José Guilherme Cruz Lopes, residente no lugar de Tinto, freguesia de Pelariga, deste concelho, em Pombal, em que solicita licença para proceder à alteração de uma moradia para estabelecimento restaurante/bar, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1258/RC/97._____

_____De Vitor Barbeiro Oliveira Fonseca, residente na Rua Miguel Bombarda, nº. 35 nesta Cidade, em que solicita licença para proceder à construção de um muro de vedação, no lugar de Souto, freguesia e concelho de Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 716/RC/98._____

**Licenciamento de Obra Particular/
Intenção de Indeferimento.**_____

_____Foi presente à reunião, o processo de obra nº. 1347/RC/98, em nome de José Maria Duarte Ferreira, residente no lugar de Helenos, freguesia da Ilha, deste concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel misto, destinado a habitação e comércio, no lugar de Moitas Brancas da referida freguesia._____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, do seguinte teor:_____

_____”Os projectos de arquitectura não cumpre com o PDM eficaz, bem como com o anexo ao D.L 61/90 de 15/2, quanto ao disposto no ponto 2.22, pelo que não – estão em condições de ser aprovados e não é de conceder a licença requerida._____

_____Condicionaisismos/Fundamentos: Para o local o PDM de Pombal poderá permitir um edifício de apenas 2 pisos de acordo com a envolvente e dado o disposto no artigo 11.1 podendo também a título de referência Ter-se em conta o disposto no artigo 10.1 do mesmo PDM. Assim sendo e dado que o edifício proposto tem 3 pisos, será de indeferir o pedido com base no artigo 63.1 a) e b) do D.L 445/91 de 20/11.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita._____

Pedido de autorização para efectuar obras isentas de licença/Ocupação da via publica._____

_____ Foi presente à reunião um requerimento de Joaquim Gonçalves, residente no lugar de Cumieira de Cima, freguesia e concelho de Pombal, em que participa que pretende efectuar obras no seu prédio urbano, sito na Avenida Heróis do Ultramar, que constam de pintura exterior do edifício, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artº 3º do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 250/94, de 18 de Outubro, bem como ocupação da via publica com andaimes numa extensão de 60m2 e pelo período de 30 dias._____

_____ A Câmara por considerar não haver inconveniente na realização das obras pretendidas, deliberou, por unanimidade, conceder a licença para ocupação da via pública._____

Pedidos de licença para demolição de prédios em ruínas._____

_____ 1. Foi presente à reunião, um requerimento em nome de Mavilde Conceição Marques e Pedro Miguel Morim Pires, residentes no lugar de Água Travessa, freguesia da Pelariga, deste concelho, em que solicitam licença para procederem à demolição de um edifício que se encontra em ruínas, no referido lugar._____

_____ Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram, além do mais, o seguinte parecer:_____

_____ ”... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição.”_____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com o auto de vistoria._____

_____ 2. Foi presente à reunião, um requerimento em nome da Firma Transportes Jaulino, Lda., com sede no lugar de Meirinhas de Cima, freguesia de Meirinhas, deste concelho, em que solicita licença para proceder à demolição de um edifício que se encontra em ruínas, no referido lugar._____

_____ Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram, além do mais, o seguinte parecer:_____

_____ ”... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com o auto de vistoria._____

_____3. Foi presente à reunião, um requerimento em nome de Jorge Manuel Carrasqueira Mendes, residentes no lugar de Lapa, freguesia de Abiul, deste concelho, em que solicita licença para proceder à demolição de um edifício que se encontra em ruínas, no referido lugar._____

_____Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram, além do mais, o seguinte parecer:_____

_____”... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com o auto de vistoria._____

Pedido de Inscrição de um Técnico._____

_____Foi presente á reunião, um requerimento em nome de Lino Gonçalves das Neves, residente no lugar de Tissuaria, freguesia de Abiul, deste concelho, Engenheiro Civil, em que solicita a sua inscrição nesta Câmara para assinar projectos e dirigir obras na área deste Município._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido._____

Pedidos de Informação Prévia._____

_____1. Foi presente à reunião um requerimento de Firmino Rito Marques, residente no lugar de Viuveiro, freguesia de Vila Cã, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um edifício, destinado a armazém para alfaías agrícolas, no referido lugar._____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:_____

_____”Pelos elementos apresentados o local encontra-se em “Espaço Urbano” de acordo com o PDM eficaz, pelo que poderá considerar-se viável a construção pretendida, sugerindo-se contudo que a proposta de implantação da construção seja feita mais próximo da via pública e da outra construção existente.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita._____

_____ 2. Foi de novo presente à reunião o pedido de informação prévia em nome de Susana Maria Oliveira Francisco Rodrigues, residente na Rua do Castelo, nº 37, no lugar e sede de freguesia de Albergaria dos Doze, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Castelo da Gracieira, da referida freguesia, tendo a Câmara na sua reunião, celebrada em 25 de Setembro, último, deliberado notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, tendo a mesma vindo ao processo no prazo concedido para o efeito, apresentar os elementos em falta que originariam o indeferimento do mesmo. _____

_____ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”De acordo com a localização apresentada poderá considerar-se viável a construção pretendida desde que a implantação da mesma venha a ser feita numa faixa não afastada mais de 45m do eixo da via pública principal.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, com os condicionamentos constantes da informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. _____

_____ 3. Foi presente à reunião um pedido de informação prévia em nome de Joaquim Mendes, residente no lugar de Pinhete, freguesia de Santiago de Litém, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar. _____

_____ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”Podendo considerar-se que o local a que se refere o presente pedido se encontra em espaço urbano de acordo com a marcação feita na planta de localização à esc. 1:2000 será de emitir parecer favorável à pretensão do requerente. _____

_____ Eventuais infraestruturas públicas deverão ficar a cargo do requerente.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. _____

_____ 4. Foi presente à reunião pedido de informação prévia em nome de Abílio Mendes Gomes, residente no lugar de Martim Godim, freguesia de Carnide, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar. _____

_____ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM eficaz, poderá considerar-se viável a construção pretendida na condição de a mesma vir a ser implantada em frente da moradia existente do outro lado da Rua, deslocando-se assim para Sudoeste em relação ao proposto no presente pedido e devendo também ficar alinhado com a via pública confinante.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. _____

_____5. Foi presente à reunião pedido de informação prévia em nome de Maria Margarida Silva Anselmo Ribeiro, residente na Rua Prof. Gonçalves Figueira, nº 35 – 1º., nesta Cidade, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Granja, freguesia e concelho de Pombal. _____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”De acordo com os elementos apresentados o local encontra-se em “Espaço Agro-Florestal”, podendo considerar-se viável a construção de uma moradia unifamiliar ao abrigo do artigo 40.2 do PDM que remete para o artigo 37.4. Assim na apresentação de um eventual projecto deverão ser cumpridos os requisitos que aqueles artigos do PDM dispõem e as infraestruturas públicas em falta ficaram a cargo do requerente do mesmo.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. _____

_____6. Foi presente à reunião pedido de informação prévia em nome de Luís Miguel Pinho Reis, residente na Rua Valinho do Poço, nº. 5, no lugar e sede de freguesia de Meirinhas, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, na referida rua da sede de freguesia. _____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”Dado que o local a que se refere o presente pedido se encontra inserido na REN de acordo com o PDM em vigor deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1.a) e c) do D.L. 445/91 de 20/11.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto. _____

_____ 7. Foi presente à reunião um pedido de informação prévia em nome de José Caetano Carreira, residente no lugar e sede de freguesia da Guia, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um imóvel destinado a aviário, no lugar de Charneca da Guia, da referida freguesia. _____

_____ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM eficaz o local a que se refere o presente pedido encontra-se definido como “Espaço Agro-Florestal” e não se encontrando verificadas as condições de excepção do artigo 59º e do artigo 40.2 que remete para o artigo 37.4, será de comunicar ao requerente a intenção de indeferir a sua pretensão com base no artigo 63.1 a) do D.L. 445/91 de 20/11. _____

_____ Eventual novo pedido poderá considerar-se viável, desde que sejam verificados os artigos do PDM acima referidos e os pareceres das entidades consultadas.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto. _____

_____ 8. Foi presente à reunião um pedido de informação prévia em nome da Firma Construções Janeiro e Monteiro, Lda., com sede nesta cidade, em que solicita informação sobre a viabilidade de ampliação de um bloco misto, no lugar de Tinto, freguesia de Pelariga, deste concelho. _____

_____ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”Dado que o local a que se refere o presente pedido se encontra inserido em “Espaço Florestal” de acordo com o PDM em vigor e não se enquadrando nas excepções de edificabilidade previstas no artigo 42 do PDM, deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1. a) do D.L. 445/91 de 20/11.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto. _____

_____ 9. Foi presente à reunião pedido de informação prévia em nome de José Fernando de Oliveira Dias, residente no lugar e sede de freguesia de Mata Mourisca, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um barracão, no referido lugar. _____

_____ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM eficaz, o local a que se refere o presente pedido encontra-se em REN, devendo ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1 a) e c) do D.L. 445/91 de 20/11.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto. _____

_____10. Foi presente à reunião um pedido de informação prévia em nome de Manuel Graça Franja, residente no lugar de Paço, freguesia de Almagreira, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar. _____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM eficaz, o local a que se refere o presente pedido encontra-se inserido em “Espaço Florestal” na transição para “Espaço Agrícola RAN” e não estando reunidas as condições de exceções previstas no artigo 42º do PDM e não possuindo a propriedade qualquer confrontação com via pública, deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1 a) do D.L. 445/91 de 20/11.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto. _____

_____11. Foi de novo presente à reunião pedido de informação prévia em nome da Idalino Mota Morgado, residente no lugar de Matos da Ranha, freguesia de Vermoil, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um imóvel destinado a suinicultura, no lugar de Travasso, freguesia e concelho de Pombal, tendo a Câmara deliberado na reunião, celebrada em 28 de Agosto, último, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não fez. _____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. _____

_____12. Foi de novo presente à reunião pedido de informação prévia em nome da Guilhermino Ferreira Marto, residente no lugar e sede de freguesia de Meirinhas, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Arieiro, da referida freguesia, tendo a Câmara deliberado na reunião, celebrada em 30 de Outubro, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, tendo o mesmo apresentado uma pretensão no sentido de o pedido ser reapreciado._____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:_____

_____”Não havendo alterações aos elementos apresentados nem ao PDM em vigor mantém-se a informação prestada anteriormente, sendo de indeferir o pedido com base no artigo 63.1 a) do D.L. 445/91 de 20/11.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita._____

_____13. Foi de novo presente à reunião pedido de informação prévia em nome da Manuel Cruz Gaspar, residente no lugar de Vérigo, freguesia de Pelariga, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar, da referida freguesia, tendo a Câmara deliberado na reunião, celebrada em 11 de Setembro, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não o fez._____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:_____

_____”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita._____

Apoio a Freguesias._____

Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze._____

_____Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a mão de obra

utilizada na limpeza das valetas das estradas, naquela Freguesia, no valor de 288.000\$00._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze, com um subsídio no montante de 288.000\$00, para o efeito._____

_____ **Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze.** _____

_____Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a asfaltagem da Rua do Colégio daquela sede de Freguesia, no valor de 1.515.891\$00._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze, com um subsídio no montante de 1.515.891\$00, para o efeito._____

_____ **Junta de Freguesia de Santiago de Litém.** _____

_____Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Santiago de Litém, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a reparação das escolas primárias e pré-primária daquela Freguesia._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Santiago de Litém, com um subsídio no valor de 1.387.945\$00, para o efeito._____

_____ **Junta de Freguesia de Almagreira.** _____

_____Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Almagreira, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a reparação das escolas primárias e pré-primária daquela Freguesia._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Almagreira, com um subsídio no valor de 755.598\$00, para o efeito._____

Apoio a Entidades. _____

_____ **Programa “Ser Criança” Projecto “Aprendendo a Crescer”.** _____

_____Foi presente à reunião um processo elaborado pela Técnica de Serviço Social, no âmbito do projecto “Aprendendo a Crescer, do qual a Câmara é parceira, respeitante ao apoio a uma família economicamente carenciada, residente no lugar de Bouchada, Freguesia de Carnide, deste Concelho._____

_____A Câmara tomou conhecimento do processo._____

Escola EB 1 2 3 de Gualdim Pais.

Foi presente à reunião um ofício da Escola mencionada em epígrafe, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o fornecimento de refeições aos alunos que frequentam o 1º. Ciclo e respeitante ao mês de Novembro, findo, no montante de 127.448\$00.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a referida Escola com um subsídio no montante de 127.448\$00, para o efeito.

Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Moita do Boi.

Foi presente à reunião uma Carta da Associação em epígrafe, em que solicita seja dispensada do pagamento inerente à construção do ramal de ligação de água à sua sede.

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo à Divisão de Águas e Saneamento, para proceder à construção do ramal de ligação de água sem débito das respectivas despesas.

Centro Social Paroquial de Almagreira.

Foi presente à reunião uma carta do Centro Social em epígrafe, em que solicita seja dispensada do pagamento inerente à construção do ramal de ligação de água à sua sede.

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo à Divisão de Águas e Saneamento, para proceder à construção do ramal de ligação de água sem débito das respectivas despesas.

Associação Desportiva da Ranha.

Foi presente à reunião um pedido de apoio destinado à construção da sede da Associação Desportiva da Ranha.

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Associação em epígrafe, com um subsídio no montante 40% do valor da candidatura, a pagar em duas prestações no primeiro e segundo trimestres de 1999.

**Fornecimento de Água à Escola do 1º
CEB de Reguengo.**

_____ Foi presente à reunião uma proposta da Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, que a seguir se transcreve:_____

_____” Considerando que o Sr. Eduardo Gonçalves Cordeiro, residente no lugar de Reguengo, freguesia de Almagreira, tem vindo a proceder ao fornecimento de água à Escola do 1º CEB de Reguengo durante o ano lectivo de 1998/99, por forma a ser possível o seu funcionamento, proponho que, lhe seja paga a verba de 30.000\$00 como compensação das despesas inerentes àquele fornecimento.”_____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora acima transcrita._____

**Fornecimento de Água à Escola do 1º
CEB da Feteira.**

_____ Foi presente à reunião uma proposta da Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, que a seguir se transcreve:_____

_____” Considerando que o Sr. Fernando Manuel Rodrigues Domingues, residente no lugar de Feteira, freguesia de Carnide, tem vindo a proceder ao fornecimento de água à Escola do 1º CEB de Feteira, por forma a ser possível o seu funcionamento, proponho que, lhe seja paga a verba de 30.000\$00 respeitante ao ano lectivo em dívida 1997/98, como compensação das despesas inerentes àquele fornecimento.”_____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora acima transcrita._____

**Fornecimento de Água à Escola do 1º
CEB de Estevães.**

_____ Foi presente à reunião uma proposta da Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, que a seguir se transcreve:_____

_____” Considerando que o Sr. Manuel Gaspar, residente no lugar de Estevães, freguesia de Mata Mourisca, tem vindo a proceder ao fornecimento de água à Escola do 1º CEB de Estevães, por forma a ser possível o seu funcionamento, proponho que, lhe seja paga a verba de 120.000\$00, respeitantes aos anos lectivos em dívida

1995/96, 1996/97, 1997/98 e 1998/99, como compensação das despesas inerentes àquele fornecimento (30.000\$00/ano)."_____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora acima transcrita._____

Instauração de Processos de Contra – Ordenação._____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, instaurar processo de contra-ordenação, aos seguintes indivíduos, por terem transgredido as disposições legais, abaixo mencionados:_____

_____ A José Maria Ruivo Simões, residente no lugar de Bonitos, freguesia de Almagreira, deste concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal, de 26 de Novembro, último;_____

_____ A Daniel Simões, residente no lugar de Anços, freguesia da Redinha, deste concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal, de 26 de Novembro, último;_____

_____ A João Manuel Fernandes Mota, residente no lugar de Ribeira, freguesia de Santiago de Litém, deste concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal, de 26 de Novembro, último;_____

_____ A Rosinda Grilo Lopes, residente no lugar e sede de freguesia de Mata Mourisca, deste concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal, de 16 de Setembro, último;_____

_____ A Virgílio da Conceição Ponte, residente no lugar de Tojeira, freguesia de S. Simão de Litém, deste concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal, de 18 de Novembro, último;_____

_____ A Arminda Gomes de Sousa, residente em Estrada da Guia, freguesia de Carnide, deste concelho, conforme Auto de Notícia da Guarda Nacional Republicana, de 17 de Novembro, último;_____

_____ A José António Gaspar das Neves, proprietário do estabelecimento denominado "Pastelaria Joaquina", sita na Rua Martel Patrício, nº. 14, nesta Cidade, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 2 de Dezembro, corrente._____

_____ Mais deliberou, por unanimidade, nomear para instrutor dos processos respectivos a 3ª Oficial, Graça Maria Cunha Lucas._____

Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Pombal para as Juntas de Freguesia.

_____ O Senhor Presidente da Câmara apresentou as minutas de protocolo de Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, que a seguir se transcrevem: _____

_____ " Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Pombal para a Junta de Freguesia de * _____

_____ Considerando que a Lei n.º 23/97, de 02 de Julho, permite que as CÂMARAS MUNICIPAIS deleguem competências suas nas JUNTAS DE FREGUESIA, observadas que sejam as formalidades aí previstas. _____

_____ Considerando que a mesma Lei atribuiu às freguesias competências próprias nos seguintes domínios: _____

- Gestão, conservação e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários; _____
- Gestão e manutenção de parques infantis; _____
- Gestão, conservação e limpeza de cemitérios; _____
- Conservação e reparação de chafarizes e fontanários; _____
- Material de limpeza e de expediente das escolas primárias e pré-primárias; e, _____
- Conservação de abrigos de passageiros não concessionados a empresas. _____

_____ Considerando a escassez das receitas das JUNTAS DE FREGUESIA para intervir em todas as áreas acima descritas. _____

_____ Considerando que a dimensão da unidade territorial das FREGUESIAS proporciona à respectiva autarquia intervenções céleres e oportunas em ordem à satisfação de necessidades e à resolução de problemas emergentes. _____

_____ Considerando, finalmente, a acção meritória que as JUNTAS DE FREGUESIA têm vindo a desenvolver. _____

_____ É celebrado o presente protocolo de delegação de competências previstas no n.º 4 do Artigo 6.º da Lei n.º 23/97 ao abrigo das cláusulas seguintes. _____

_____ **CLÁUSULA PRIMEIRA** _____

_____ O presente protocolo é celebrado a coberto e nos termos dos Artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 23/97, de 02 de Julho, sendo a CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL a

entidade delegante e a JUNTA DE FREGUESIA DE _____ a entidade delegada. _____

_____CLÁUSULA SEGUNDA_____

1. Pelo presente protocolo são delegadas na JUNTA DE FREGUESIA DE _____ as seguintes competências: _____

- a) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos; _____
- b) Conservação e reparação de calcetamentos em ruas e passeios; _____
- c) Gestão e manutenção de jardins, espaços ajardinados e outros espaços públicos; _____
- d) Colocação e manutenção de sinalização toponímica; _____
- e) Gestão, conservação, reparação e limpeza de mercados retalhistas e de levante; _____
- f) Gestão, conservação e reparação de equipamentos desportivos; _____
- g) Conservação e reparação de escolas primárias e pré-primárias. _____

2. Ficam fora do âmbito desta delegação as reparações que não tenham natureza ligeira, as quais serão precedidas de análise conjunta, da CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL e da JUNTA DE FREGUESIA DE _____, que defina o modo de intervenção. _____

_____CLÁUSULA TERCEIRA_____

_____Para desenvolvimento das competências ora delegadas, a CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL transferirá, mensalmente, para a JUNTA DE FREGUESIA DE _____ a importância correspondente a 35% de um duodécimo da sua participação do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF). _____

_____CLÁUSULA QUARTA_____

_____O apoio técnico que se revele necessário para o perfeito desenvolvimento das competências delegadas será prestado pelos Serviços Técnicos da CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, devendo a JUNTA DE FREGUESIA DE _____ fazer cumprir as instruções técnicas dimanadas. _____

_____CLÁUSULA QUINTA_____

1. São revogadas, na parte que importa à JUNTA DE FREGUESIA DE _____ as seguintes deliberações da CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL: _____

- a) de 98/10/30, reformada por deliberação de 98/11/27 e concernente à atribuição de subsídios para expediente e limpeza de estabelecimentos de educação pré-escolar, primário e especial; e, _____
- b) de 98/10/30, concernente à atribuição de subsídio às juntas de freguesia, por sala, para conservação e reparação dos edifícios escolares (Jardins de Infância e 1.º CEB). _____

2. Consideram-se incluídos na transferência a que se refere a Cláusula Terceira, os montantes transferíveis a coberto das deliberações citadas. _____

3. No ano de 1999, aos valores a transferir ao abrigo deste protocolo, serão deduzidos os valores já pagos a coberto das deliberações aludidas no número um. _____

CLÁUSULA SEXTA

1. A JUNTA DE FREGUESIA DE _____ obriga-se a apresentar à CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, nos meses de Maio e Novembro , um relatório de contas relativo à execução semestral das verbas transferidas ao abrigo deste protocolo. _____
2. A CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL reserva-se ao direito de apreciar os níveis de execução proporcionados pela presente delegação de competências e, em função disso, manter ou reduzir as percentagens do FFF a transferir. _____
3. A decisão de redução das percentagens referidas no número anterior, será sempre precedida de audiência prévia do órgão executivo da Junta de Freguesia e, bem assim, observar a forma prevista na Cláusula Oitava. _____

CLÁUSULA SÉTIMA

_____ O presente protocolo vale para o ano de 1999, depois de aprovado pela CÂMARA MUNICIPAL, pela ASSEMBLEIA MUNICIPAL, pela JUNTA DE FREGUESIA DE _____ e ratificado pela ASSEMBLEIA DE FREGUESIA e, renova-se automaticamente durante os anos do presente mandato. _____

CLÁUSULA OITAVA

1. O presente protocolo pode ser denunciado a todo o tempo, por proposta fundamentada de qualquer das partes, sendo a sua denuncia, obrigatoriamente, comunicada à outra parte com a antecedência mínima de 60 dias. _____
2. A comunicação a que se refere o n.º 1 deverá ser precedida de aprovação pelos órgãos da entidade denunciante. _____

CLÁUSULA NONA

_____ Os montantes a transferir estão inscritos no Orçamento Municipal, nas seguintes rubricas: _____

- 04.10.01.03.01; _____
- 05.10.01.03.01; _____
- 06.10.01.03.01; _____
- 07.10.01.03.01. _____

Feito em Pombal, em dois exemplares, em ____/____/____. _____

APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL EM ____/____/____. _____

APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL EM ____/____/____. _____

APROVADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE _____ EM ____/____/____. _____

RATIFICADO PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE _____ EM ____/____/____." _____

* A celebrar, nos mesmos moldes, com cada uma das Juntas de Freguesias do Concelho de Pombal, à excepção da Freguesia de Pombal. _____

_____ " Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros da Câmara Municipal de Pombal para a Junta de Freguesia de Pombal _____

_____ Considerando que a Lei n.º 23/97, de 02 de Julho, permite que as CÂMARAS MUNICIPAIS deleguem competências suas nas JUNTAS DE FREGUESIA, observadas que sejam as formalidades aí previstas. _____

_____ Considerando que a mesma Lei atribuiu às freguesias competências próprias nos seguintes domínios: _____

- Gestão, conservação e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários; _____
- Gestão e manutenção de parques infantis; _____
- Gestão, conservação e limpeza de cemitérios; _____
- Conservação e reparação de chafarizes e fontanários; _____
- Material de limpeza e de expediente das escolas primárias e pré-primárias; e, _____
- Conservação de abrigos de passageiros não concessionados a empresas. _____

_____ Considerando a escassez das receitas das JUNTAS DE FREGUESIA para intervir em todas as áreas acima descritas. _____

_____ Considerando que a dimensão da unidade territorial das FREGUESIAS proporciona à respectiva autarquia intervenções céleres e oportunas em ordem à satisfação de necessidades e à resolução de problemas emergentes. _____

_____ Considerando, a acção meritória que as JUNTAS DE FREGUESIA têm vindo a desenvolver. _____

_____ Considerando que a JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL, receberá, no ano de 1999 e directamente do Fundo de Financiamento das Freguesias, valor superior a 24 000 contos. _____

_____ Considerando, finalmente, que a especificidade da FREGUESIA DE POMBAL (cuja área territorial é, em grande parte, directamente intervencionada pela Câmara Municipal, designadamente no que concerne à área urbana da Cidade de Pombal) justifica que o montante da transferência financeira, que acompanha este protocolo, se quede em percentagem do Fundo de Financiamento das Freguesias inferior à considerada para as demais freguesias. _____

_____ É celebrado o presente protocolo de delegação de competências previstas no n.º 4 do Artigo 6.º da Lei n.º 23/97 ao abrigo das cláusulas seguintes. _____

_____ CLÁUSULA PRIMEIRA _____

_____ O presente protocolo é celebrado a coberto e nos termos dos Artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 23/97, de 02 de Julho, sendo a CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL a entidade delegante e a JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL a entidade delegada. _____

CLÁUSULA SEGUNDA

3. Pelo presente protocolo são delegadas na JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL as seguintes competências:_____

h) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos;_____

i) Conservação e reparação de calcetamentos em ruas e passeios;_____

j) Colocação e manutenção de sinalização toponímica, sendo que estas intervenções serão, obrigatória e previamente, aprovadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL;_____

k) Gestão, conservação e reparação de equipamentos desportivos, excluindo o complexo desportivo da Cidade de Pombal e a Piscina Municipal;_____

l) Conservação e reparação de escolas primárias e pré-primárias._____

4. Ficam fora do âmbito desta delegação as reparações que não tenham natureza ligeira, as quais serão precedidas de análise conjunta, da CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL e da JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL, que defina o modo de intervenção._____

CLÁUSULA TERCEIRA

Para desenvolvimento das competências ora delegadas, a CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL transferirá, mensalmente, para a JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL a importância correspondente a 30% de um duodécimo da sua participação do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)._____

CLÁUSULA QUARTA

O apoio técnico que se revele necessário para o perfeito desenvolvimento das competências delegadas será prestado pelos Serviços Técnicos da CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, devendo a JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL fazer cumprir as instruções técnicas dimanadas._____

CLÁUSULA QUINTA

4. São revogadas, na parte que importa à JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL as seguintes deliberações da CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL:_____

a) de 98/10/30, reformada por deliberação de 98/11/27 e concernente à atribuição de subsídios para expediente e limpeza de estabelecimentos de educação pré-escolar, primário e especial; e,_____

b) de 98/10/30, concernente à atribuição de subsídio às juntas de freguesia, por sala, para conservação e reparação dos edifícios escolares (Jardins de Infância e 1.º CEB)._____

5. Consideram-se incluídos na transferência a que se refere a Cláusula Terceira, os montantes transferíveis a coberto das deliberações citadas._____

6. No ano de 1999, aos valores a transferir ao abrigo deste protocolo, serão deduzidos os valores já pagos a coberto das deliberações aludidas no número um._____

CLÁUSULA SEXTA

1. A JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL obriga-se a apresentar à CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, nos meses de Maio e Novembro, um relatório de contas relativo à execução semestral das verbas transferidas ao abrigo deste protocolo.
2. A CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL reserva-se ao direito de apreciar os níveis de execução proporcionados pela presente delegação de competências e, em função disso, manter ou reduzir as percentagens do FFF a transferir.
3. A decisão de redução das percentagens referidas no número anterior, será sempre precedida de audiência prévia do órgão executivo da Junta de Freguesia e, bem assim, observar a forma prevista na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente protocolo vale para o ano de 1999, depois de aprovado pela CÂMARA MUNICIPAL, pela ASSEMBLEIA MUNICIPAL, pela JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL e ratificado pela ASSEMBLEIA DE FREGUESIA e, renova-se automaticamente durante os anos do presente mandato.

CLÁUSULA OITAVA

3. O presente protocolo pode ser denunciado a todo o tempo, por proposta fundamentada de qualquer das partes, sendo a sua denuncia, obrigatoriamente, comunicada à outra parte com a antecedência mínima de 60 dias.
4. A comunicação a que se refere o n.º 1 deverá ser precedida de aprovação pelos órgãos da entidade denunciante.

CLÁUSULA NONA

Os montantes a transferir estão inscritos no Orçamento nas seguintes rubricas:

- 04.10.01.03.01;
- 05.10.01.03.01;
- 06.10.01.03.01;
- 07.10.01.03.01.

Feito em Pombal, em dois exemplares, em ____/____/____.

APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL EM ____/____/____.

APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL EM ____/____/____.

APROVADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE POMBAL EM ____/____/____.

RATIFICADO PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE POMBAL EM ____/____/____."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas de protocolo, acima transcritas, e remetê-las à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.

Seguro de Eleitos Locais - Apólice nº 93000 da ANMP._____

_____ Foi presente à reunião uma informação da Técnica Superior de Economia, que a seguir se transcreve:_____

_____ "Relativamente ao assunto acima referido, informo o seguinte:_____

_____ 1 . Vem sendo prática desta Câmara Municipal, de há uns anos a esta parte, o pagamento do seguro dos Eleitos Locais de todo o concelho: Câmara, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia._____

_____ 2 . Tendo em conta as coberturas seguintes por tipo de eleito, subscritas em anos anteriores:_____

ELEITOS

	Tipo I	Tipo I I (Em Contos)	Tipo I I I
Morte e Invalidez Permanente	30.000	10.000	6.000
Subsídio Diário por Incapacidade Temporária	15	5	5
Despesas de Tratamento e Repatriamento	2.000	1.500	1.500

o prémio total a pagar por tipo de eleito é de:_____

- tipo I Esc. 42.796\$00 (Presidente e vereadores a tempo inteiro)_____
- tipo II Esc. 2.922\$00 (membros J. F. e vereadores a meio tempo)_____
- tipo III Esc. 906\$00 (Assembleia Municipal e Assembleias de Freg.),_____

o que ascenderia na globalidade a cerca de 496 contos._____

_____ 3 – Acontece no entanto, que a Companhia de seguros apenas tira uma listagem de eleitos por ano, reportada à data de 01 de Abril, vigorando o seguro apenas no mês seguinte ao da entrada dos boletins de adesão na Companhia de Seguros. De igual modo, é cobrado o prémio à Câmara apenas uma vez por ano. Não obstante o envio personalizado dos boletins de adesão, a sua devolução por parte das Juntas de Freguesia e até dos outros órgão autárquicos, é feita com alguma irregularidade no tempo, o que torna difícil a conferência do prémio de seguro cobrado, em virtude dos frequentes desajustes entre os membros efectivos de cada órgão autárquico e aqueles que constam da listagem da seguradora. Por este facto, há a pagar em 1998 a quantia de Esc. 389.506\$00._____

_____ 4 - Atendendo a que é prática noutros concelhos do país, o pagamento deste tipo de seguro, pelo respectivo órgão autárquico, isto é pelas respectivas Juntas de

Freguesia, ficando a cargo da Câmara apenas o pagamento dos membros da Câmara e da Assembleia Municipal, propõe-se que nos anos seguintes, por uma questão de maior facilidade de conferência do prémio a pagar, seja transferida para as Juntas de Freguesia a responsabilidade da adesão, pagamento e controlo deste tipo de seguro, referente a cada Junta e respectiva Assembleia de Freguesia. _____

_____ 5 – Tendo ainda em consideração as coberturas referidas no ponto 2 e o estabelecido no art.º 17.º da Lei n.º 29/87 (Estatuto dos Eleitos locais): _____

. “ Os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respectivo órgão, que fixará o seu valor. _____

. Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respectiva remuneração mensal.” _____

_____ É de deliberar sobre a manutenção ou alteração dos capitais acima mencionados.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para as Juntas de Freguesia a responsabilidade da adesão, pagamento e controlo do Seguro respeitante aos seus membros e aos da Assembleia de Freguesia, bem como manter o valor do capital respeitante ao Seguro de Acidentes Pessoais para os membros da Câmara e da Assembleia Municipal. _____

Biblioteca Municipal/Informação. _____

_____ Foi presente à reunião uma informação da Divisão dos Serviços Administrativos, que a seguir se transcreve: _____

_____ "ASSUNTO: PAGAMENTO DE MULTAS E SERVIÇOS NA BIBLIOTECA MUNICIPAL

_____ Na sequência do Despacho de V. Ex.a, datado de 98/11/24, e aposto em informação da Bibliotecária desta Câmara Municipal, Dra. Dulce Correia, titulada como em epígrafe, apresentamos o nosso parecer. _____

1. A informação da Dra. Dulce Correia contém os seguintes aspectos, da maior relevância para o parecer a emitir: _____

1.1. O “(...) *Regulamento da Biblioteca Municipal prevê o pagamento de multas por parte dos utilizadores quando se verifique o não cumprimento dos prazos de devolução das obras requisitadas.*(...)” ; _____

A fixação de multas “(...) *é de extrema importância* (...)” para o “(...) *cumprimento dos prazos de devolução* (...)” ; _____

Pelo que se propõe “(...) *uma multa no valor de 50 \$00 por cada dia de atraso* (...)”. _____

1.2. Afigura-se pertinente que os utilizadores procedam ao “(...) pagamento do serviço de reprografia e o pagamento de utilização da INTERNET.(...)”; _____
“(...) a Biblioteca já pratica o preço de 10\$00 por cada folha A4 e 20\$00 por cada folha A3.(...)”; e, _____
“(...) No que diz respeito à utilização da INTERNET propomos o pagamento de 100\$00 por cada meia-hora de utilização. (...)”. _____

1.3. Solicita-se que as citadas “(...) três fontes de receita (...) sejam canalizadas (...) para o financiamento (...)” da aquisição de “(...) material de papelaria (...)” que “(...) esta instituição necessita mensalmente de adquirir (...)”. _____

2. Cumpre pois referirmo-nos a cada um dos itens aludidos. _____

2.1. No tocante ao ponto 1.1. _____

2.1.1.O Regulamento da Biblioteca Municipal prevê, na alínea b) do Artigo 1.º do Capítulo V, que “(...) O não cumprimento dos prazos de devolução e/ou extravio dos livros e obras implicará sanções que podem ir desde o pagamento ou reposição dos documentos até à suspensão temporária ou permanente do empréstimo domiciliário.(...)”. _____

2.1.2.Esta disposição regulamentar refere o termo sanção, que pode, no caso, ter natureza financeira ou privativa de direitos. Importa pois, e antes de determinar as sanções aplicáveis, averiguar a quem cabe a competência para a fixação daquelas sanções. _____

2.1.3.É meu parecer de que a referida competência cabe à Assembleia Municipal porquanto: _____

- a) O Regulamento da Biblioteca nada diz quanto àquela competência; _____
- b) As sanções são matéria de natureza regulamentar, sendo os regulamentos que as cominam; _____
- c) Resulta da alínea a) do n.º 2 do Artigo 39.º do D.L. n.º 100/84 que a competência para aprovar regulamentos cabe à Assembleia Municipal, cabendo-lhe, em função da natureza da matéria, a competência para aprovar sanções. _____

2.2. No tocante ao ponto 1.2. _____

2.2.1.Pratica já a biblioteca preços de 10\$00 e 20\$00, respectivamente para cópias A4 e A3. _____

2.2.2.Teremos de entender os valores já cobrados como uma receita municipal e, nestes termos, ter-se-á de atender à alínea h) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro, que define que possam constituir receita municipal o produto da cobrança de taxas e tarifas resultantes da prestação de serviços pelo município. _____

2.2.3. E não é indiferente considerar se os referidos valores são taxas ou tarifas, uma vez que, a competência para a sua fixação cabe a órgãos distintos, no caso das primeiras à Assembleia Municipal, no caso das segundas à Câmara Municipal (alínea l) do n.º 2 do Artigo 39.º e alínea h) do n.º 1 do Artigo 51.º do D.L. 100/84, de 29 de Março)._____

2.2.4. Independentemente da doutrina, mais vasta que inequívoca, sobre a conceptualização de taxas e tarifas¹, a verdade é que a remuneração daqueles serviços nunca poderá revestir a forma de tarifa, porquanto, resulta da alínea h) do n.º 1 do Artigo 51.º do D.L. n.º 100/84, que só possam ser fixadas tarifas no âmbito da prestação dos seguintes serviços:_____

- abastecimento de água;_____
- recolha, depósito e tratamento de lixo;_____
- ligação, conservação e tratamento de esgotos; e,_____
- transportes colectivos de pessoas e mercadorias._____

2.2.5. Termos em que a retribuição do serviço de reprografia ou da utilização da INTERNET não pode senão revestir a forma de taxa, cabendo a competência para sua fixação à Assembleia Municipal._____

2.2.6. Porém, porque já o Regulamento da Biblioteca Municipal previu, na alínea c) do Artigo 6.º do Capítulo VI que possa o preço das fotocópias a pagar pelos utilizadores da Biblioteca Municipal ser fixado pela Câmara Municipal, importa ponderar a legalidade daquela disposição legal._____

2.2.7. Entendemos que a citada alínea não pode valer por ser ilegal, uma vez que contraria expressamente a alínea l) do n.º 2 do Artigo 39.º do D.L. 100/84. Tenha-se presente que um regulamento municipal posiciona-se, na escala hierárquica das leis, abaixo do decreto-lei e, como tal, as disposições regulamentares contrárias ao disposto em norma hierarquicamente superior não podem valer por serem ilegais²._____

2.2.8. Cumpre ainda dizer que já a tabela de taxas e licenças previu, no seu Artigo 10.º, taxas devidas pelo “*Fornecimento de colecções de cópias ou de outras reproduções de processos relativos a empreitadas ou fornecimentos ou outros*”, no valor de 34\$00 por cada folha. Ocorre, porém, que nem o título nem o valor legitimam o enquadramento da simples reprodução por fotocópia naquele artigo._____

2.2.9. Pelas razões referidas entendemos dever a Assembleia Municipal fixar os valores das taxas a cobrar pela reprodução por fotocópia ou pela utilização da INTERNET, e mais intendemos que até aquelas fixação não poderá ser cobrado qualquer valor pela prestação daqueles serviços._____

¹ Vide SOUSA, Domingos Pereira de, Finanças Públicas, I.S.C.S.P., Lisboa, 1992, pág. 144._____
No mesmo sentido vide FRANCO, António Luciano de Sousa, Finanças Públicas e Direito Financeiro, Almedina, Coimbra, 1987

² Neste sentido vide CAETANO, Marcello, Manual de Direito Administrativo, I, 10.ª Edição, Almedina, Coimbra, 1991, pag. 95/96_____

2.3. No tocante ao ponto 1.3. _____

2.4. A canalização das receitas geradas pela aplicação das multas, pela reprodução por fotocópia ou pelo uso da INTERNET, para aquisição de material de papelaria não se nos afigura enquadrar-se na legalidade, porquanto: _____

2.5. A regra da não consignação orçamental, prevista pelo Artigo 10.º do D.L. n.º 341/83, de 21 de Julho, nos termos da qual se não pode afectar o produto de qualquer receita à cobertura de qualquer despesa; _____

2.6. Porque qualquer receita ou despesa tem que ser acompanhadas dos correspondentes movimentos orçamentais, fluxos de entrada e saída. _____

2.7. Quanto à necessidade de um fundo para fazer face a pequenas despesas cabe dizer que se as mesmas forem inadiáveis ou urgentes sempre poderá recorrer-se ao fundo permanente para o efeito constituído, e ao abrigo do Artigo 30.º do D.L. 341/83, junto da Secção de Património e Aprovisionamento. _____

2.8. Não tendo as despesas aquela natureza, deverá usar-se de capacidade de previsão em tais termos que os materiais sejam requisitados atempadamente. _____

3. Concluir-se-á dizendo: _____

3.1. Para aquisição de material de papelaria indispensável ao desenvolvimento das actividades da Biblioteca, deve recorrer-se aos comuns meios de aprovisionamento e, sempre que a despesa se revista de natureza inadiável ou urgente, recorrer-se ao fundo permanente constituído junto da secção de Património e Aprovisionamento. _____

3.2. É matéria da competência da Assembleia Municipal: _____

3.2.1. A fixação de multas. No caso a Bibliotecária propõe a aprovação do valor de 50\$00 por cada dia de atraso na devolução das obras requisitadas. _____

3.2.2. A fixação de taxas pela prestação de serviços. No caso são propostos: _____

- 10\$00 por cada fotocópia em folha A4 _____
- 20\$00 por cada fotocópia em folha A3 _____
- 100\$00 por cada meia hora de utilização da INTERNET. _____

3.2.3. Poderá pois a Câmara deliberar propor estes valores à aprovação da Assembleia."

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da informação acima transcrita e propor a aprovação dos valores constantes da mesma à Assembleia Municipal. _____

Propostas de Plano de Actividades e de Orçamento das Receitas e das Despesas do Município para o ano de 1999._____

_____O Senhor Presidente apresentou à Câmara as propostas de Plano de Actividades e de Orçamento para o ano de mil novecentos e noventa e nove a apresentar à Assembleia Municipal, ascendendo o Plano de Actividades a quatro milhões quinhentos e quarenta e um mil seiscientos e trinta contos e o Orçamento tanto na Receita como na Despesa a seis milhões duzentos e dezasseis mil e trinta e cinco contos, documentos que foram entregues antecipadamente para análise a todos os membros da Câmara, e que se dão por reproduzidos e ficam arquivados para os efeitos legais._____

_____De seguida os Senhores Vereadores teceram várias considerações acerca dos objectivos do Plano de Actividades, referindo o grande esforço que a Câmara se propõe fazer para que o Concelho de Pombal proporcione uma melhor qualidade de vida aos residentes, que passa pelo abastecimento de água, rede de saneamento, rede viária, parques industriais, aquisição de terrenos destinados à construção de piscinas, pistas de atletismo, instalação de equipamentos diversos necessários à dinamização do desporto no nosso Concelho, bem assim à reestruturação dos Serviços Municipais em ordem à execução cabal do Protocolo de Modernização Administrativa para o efeito celebrado com a DGAL._____

_____Finalmente a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas de Plano de Actividades e de Orçamento para 1999 e remetê-las à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da Lei._____

Outros assuntos não incluídos na Ordem do Dia._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 19º. do Código do Procedimento Administrativo, apreciar e submeter a votação os seguintes assuntos:_____

Beneficiação e Reparação de Outros Edifícios (Pintura Exterior da Casa Agorreta e da Cadeia Velha) - Procº. nº. 21/97 - Recepção Provisória._____

_____Em face do auto da recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente._____

Pedido de emissão de garantia bancária.

_____ Foi presente à reunião uma informação da Técnica Superior de Economia, que a seguir se transcreve:_____

_____”Assunto: Pedido de Emissão de Garantia Bancária a favor do IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (7.000 contos)_____

_____Relativamente ao assunto acima referido, informo o seguinte:_____

_____1. Foram solicitadas propostas aos bancos:_____

_____ . BPI - Banco Português de Investimento _____

_____ . BES - Banco Espírito Santo _____

_____ . CCAMP - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal _____

_____ . CGD - Caixa Geral de Depósitos _____

_____ . BPA - Banco Português do Atlântico _____

_____ . BTA - Banco Totta & Açores, S.A. _____

_____ . Montepio Geral _____

_____2. As condições oferecidas para a emissão das referidas garantias, por cada uma das entidades bancárias são as seguintes:_____

Entidade Bancária	Garantia IPLB Esc. 7.000.000\$00	Total (Escudos)	Observações
BPI - Banco Português de Investimento	0,15% ao ano	10.500,0	Paga ^o anual e antecipadamente (podendo também considerar o pagamento trimestral ou semestral)
BES - Banco Espírito Santo	0,0975% ao ano	6.825,0	Cobrança mensal, trimestral ou semestral e antecipada
CCAMP- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal	0%	0,0	
CGD- Caixa Geral de Depósitos	1% ao ano	70.000,0	Cobrança Trimestral e antecipada
BPA - Banco Português do Atlântico	1% ao ano	70.000,0	Cobrança Trimestral
BTA - Banco Totta & Açores, S.A	0,50% ao ano	35.000,0	
Montepio Geral	0,50% ao ano	35.000,0	Cobrança trimestral e postecipada (garantia - livrança em branco subscrita)

_____3 - Da análise das condições propostas, resulta o seguinte: A CCAMP - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal propõe-se emitir a garantia sem quaisquer custos para a Câmara._____

_____Relativamente às restantes propostas, segue-se a do BES com uma taxa de 0,0975% ao ano, a do BPI com uma taxa de 0,15% ao ano, a do BTA e do Montepio Geral com uma taxa de 0,5% ao ano, e por fim a do BPA e a da CGD com uma taxa de 1% ao ano._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, efectuar a garantia bancária junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal a favor do IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas._____

Subsídio por morte._____

_____Foi presente à reunião, o processo respeitante ao subsídio por morte, requerido por Etelvina da Conceição Silva, residente nesta Cidade, e respeitante aos abonos a que se refere o Decreto-Lei nº 223/95, de 8 de Setembro, respeitante ao seu falecido companheiro José Fernando Soares dos Santos, que exercia nesta Câmara Municipal funções na Secção de Águas e Saneamento, no montante de 439.834\$00.____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, pagar os abonos solicitados._____

Licenciamento de Obra Particular /Aprovação de Arquitectura._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte projecto de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:_____

_____De José Ferreira Pimenta, residente no lugar de Ranha de Baixo, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de um imóvel destinado a habitação e comércio, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1148/RC/98._____

**Loteamento Urbano de António
Manuel Erse Marques.**_____

_____ Foi presente à reunião o processo de loteamento nº 7/98 em nome de António Manuel Erse Marques, residente na Rua de Albergaria dos Doze, nesta Cidade, acompanhado da seguinte informação da Divisão de Urbanismo:_____

_____”Assunto: Informação relativa ao pedido de licenciamento da operação de loteamento_____

_____Reqº nº 5611, de 14 de Outubro de 1998_____

_____Requerente: António Manuel Erse Marques_____

_____Local: Vale das Lobas - Pombal_____

_____Número da Matriz Predial Urbana: 35182_____

_____Número da Descrição na Conservatória do Registo Predial:
03173/120589_____

_____Confrontações: Norte: Parcela nº 1_____

_____Sul: Rua de Albergaria dos Doze_____

_____Nascente: Manuel Francisco e Outros_____

_____Poente: Rua de Albergaria dos Doze_____

_____Área do Prédio a Lotear - 19.960 m2_____

_____Área Total da Construção - 3.132 m2_____

_____Volume total da Construção - 10.022 m3_____

_____Número de Lotes - 3_____

_____Número de fogos - 24_____

APRECIACÃO

_____A apreciação do presente processo é feita no âmbito do Regulamento do PDM de Pombal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 160/95, publicada no D.R. I Série B, nº 279, de 4 de Dezembro de 1995._____

_____De acordo com o Plano Director Municipal de Pombal, o local para onde é apresentada a operação de loteamento situa-se em “Espaço Urbano”, com os índices definidos no artº. 10º do Regulamento._____

CEDÊNCIAS

_____São cedidos à Câmara Municipal para integração do domínio público 328 m2 de terreno destinado a infraestruturas viárias e pedonais (arruamentos, estacionamento públicos e passeios)._____

_____São cedidos à Câmara Municipal para integração do domínio público 1610 m2 de terreno destinado a espaços verdes e de utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva._____

_____A área cedida para espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva situa-se na parte do terreno integrada na REN. Contudo, atendendo a que se trata de uma operação de loteamento que prevê apenas a construção de 24 fogos, distribuídos por 3 lotes, apenas com frente para a Rua de Albergaria dos Doze e que fica salvaguardado o local para a construção de um miradouro, não se vê inconveniente em que esta área de cedência se situe em terreno integrado em REN._____

CONCLUSÃO

_____O processo de loteamento a que se referem os elementos acima referidos merece parecer favorável da Divisão de Urbanismo, condicionado à apresentação de um projecto de zonas verdes e arranjos exteriores que contemple a consolidação do talude, situado a tardoz dos lotes, com espécies vegetais adequadas e o arranjo dos canteiros situados frente aos lotes, assim como o terreno livre situado entre o lote 3 e a extrema._____

_____O muro de suporte situado a tardoz dos lotes deve desenvolver-se em socalcos, devendo nestes socalcos plantar-se espécies vegetais adequadas._____

_____A área de cedência destinada a espaços verdes e de utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva também deve ser objecto de um projecto de arranjos exteriores que defina os acessos, as espécies vegetais a plantar e o local de implantação de um miradouro._____

_____O requerente deve instruir o processo de licenciamento das obras de urbanização com todos os elementos exigidos no artº. 9º do Decreto Regulamentar nº 63/91, de 29 de Novembro.”_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a operação de loteamento, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo._____

Abastecimento de Água aos Lugares da Borda (Carvalhais, Valdeira, Roques, Arneiro do Pisão, Pisão, Pinhete, S. Vicente e Lugares Limítrofes - Procº nº 6/96 - Trabalhos a mais._____

_____ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:_____

_____ 1 - Como é do conhecimento de V. Exª. o projecto mencionado em epígrafe previa a construção de estação elevatória junto ao furo JK7, no lugar de Venda Nova - Vermoil._____

_____ No entanto, não foi possível negociar com os proprietários dos terrenos, além do terreno se encontrar em zona de RAN._____

_____ O terreno adquirido foi no lugar de Chãs de Vermoil, distanciado o furo cerca de 300 ml._____

_____ Em consequência disso, houve necessidade de executar trabalhos a mais não previstos no projecto, no valor de 658.950\$00, assim discriminados:_____

• ½ manilhas diâm. 30	- 42,60ml x 1.500\$00 =	63.900\$00
• Guia	- 24,60ml x 1.000\$00 =	24.600\$00
• Muro de Vedação	- 65,55m2 x 5.000\$00 =	327.750\$00
• Pontão	- 1 un x 39.700\$00 =	39.700\$00
• Vedação com arame e poste de madeira	- 1 un x 50.000\$00 =	50.000\$00
• 1 poliban	- 1 un x 20.000\$00 =	20.000\$00
• tampa de betão na caldeira (R0/EE0)	- 6 un x 10.000\$00 =	60.000\$00
• 2 ramais domiciliários	- 2 un x 23.000\$00 =	46.000\$00
• manilhas de diâm. 30	- 9,00ml x 3.000\$00 =	27.000\$00
		658.950\$00

_____ Assim, solicita-se a V. Exª. a aprovação dos trabalhos a mais no valor de 658.950\$00, mais IVA, bem como dos preços unitários._____

_____ Mais se informa que há trabalhos a menos na totalidade da obra, no valor de cerca de 40.002.738\$00, pelo que não há lugar a contrato adicional._____

_____ Para o final da obra apenas falta concluir o equipamento de hidropressora e pequenos acabamentos na obra."_____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e a menos, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita.____

Oitava Alteração ao Plano de Actividades para 1998._____

_____ O Senhor Presidente apresentou a oitava alteração ao Plano de Actividades para o corrente ano, que consiste no seguinte:_____

_____ No reforço da rubrica (01.03)05.03.03/03.02.01 com 1.000 contos transferidos da rubrica (01.03)09.02.03/03.01.02;_____

_____ No reforço da rubrica (01.03)05.03.02/07.03.01 com 3.000 contos transferidos da rubrica (05)09.04.01/05.04.18.15;_____

_____ No reforço da rubrica (01.03)09.06.04/07.04.02 com 500 contos transferidos da rubrica (01.03)09.06.04/05.04.07;_____

_____ No reforço da rubrica (01.03)09.07/02.01.08.05 com 1.500 contos transferidos da rubrica (01.03)09.07/02.02.18.01;_____

_____ No reforço da rubrica (01.03)09.07/02.01.08.05 com 500 contos transferidos da rubrica (01.03)09.07/02.02.18.02;_____

_____ No reforço da rubrica (01.03)09.07/02.01.08.05 com 1.000 contos transferidos da rubrica (01.03)09.07/02.02.18.03;_____

_____ No reforço da rubrica (05)09.04.03/05.03.01.01 com 2.000 contos transferidos da rubrica (05)09.04.07/09.01.122;_____

_____ No reforço da rubrica (05)09.07/05.02.06 com 15.000 contos transferidos da rubrica (05)09.04.07/09.01.136;_____

_____ No reforço da rubrica (07)09.01/02.02.13 com 12.500 contos transferidos da rubrica (05)09.04.01/05.04.18.15._____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a oitava alteração ao Plano de Actividades, para o corrente ano._____

Oitava Alteração ao Orçamento para o ano de 1998._____

_____ Foi presente à reunião a oitava alteração ao orçamento para o corrente ano, organizada nos termos dos artigos 1º e 32º do Decreto-Lei nº 341/83, de 21 de Julho. _____

_____ Da análise verificam-se as seguintes transferências: _____

_____ Para a rubrica (01.02)01.03.01 a importância de 250 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03; _____

_____ Para a rubrica (01.03)05.03.02/07.03.01 a importância de 3.000 contos transferidos da rubrica (05)09.04.01/05.04.18.15; _____

_____ Para a rubrica (01.03)05.03.03/03.02.01 a importância de 1.000 contos transferidos da rubrica (01.03)09.02.03/03.01.02; _____

_____ Para a rubrica (02)01.01.03.01 a importância de 350 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03; _____

_____ Para a rubrica (02)01.03.02 a importância de 50 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03; _____

_____ Para a rubrica (02)01.03.04 a importância de 750 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03; _____

_____ Para a rubrica (03)01.03.03 a importância de 100 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03; _____

_____ Para a rubrica (05)01.01.02 a importância de 2.000 contos transferidos da rubrica (02)01.01.03; _____

_____ Para a rubrica (05)01.03.04 a importância de 1.450 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03; _____

_____ Para a rubrica (05)01.03.04 a importância de 500 contos transferidos da rubrica (09)01.03.04; _____

_____ Para a rubrica (05)09.04.03/05.03.01.01 a importância de 2.000 contos transferidos da rubrica (05)09.04.07/09.01.122; _____

_____ Para a rubrica (05)09.07/05.02.06 a importância de 15.000 contos transferidos da rubrica (05)09.04.07/09.01.136; _____

_____ Para a rubrica (06)01.01.02 a importância de 1.000 contos transferidos da rubrica (04)01.01.02;_____

_____ Para a rubrica (07)01.01.03.01 a importância de 1.000 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03;_____

_____ Para a rubrica (07)01.03.03 a importância de 50 contos transferidos da rubrica (05)01.01.03;_____

_____ Para a rubrica (07)09.01/02.02.13 a importância de 12.500 contos transferidos da rubrica (05)09.04.01/05.04.18.15;_____

_____ Para a rubrica (09)04.01 a importância de 500 contos transferidos da rubrica (03)01.02.03._____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a oitava alteração ao Orçamento da Receita e Despesa do corrente ano._____

Reunião Ordinária._____

_____ Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, alterar para o próximo dia 23, quarta-feira, pelas 15 horas, a última reunião do mês de Dezembro._____

Aprovação por minuta._____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta por minuta, para efeitos imediatos._____

_____ Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião eram dezoito horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu _____ redigi, subscrevo e vai ser assinada._____